



Apolinário quer tudo a postos para assaltar a "bazuca"

O presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), José Apolinário, apelou esta semana aos municípios, entidades regionais e empresas que se preparem "para ir a jogo", candidatando-se a fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que de outro modo poderão não vir para o Algarve

P 3



Feira de Faro está de volta... e os feirantes agradecem

P 4 e 5

NESTE NÚMERO

AUTÁRQUICAS 2021

ESPECIAL
TOMADAS
DE POSSE

P 11 a 14

VRSA

Zona ribeirinha
pode vir
a ser gerida
pelo município

P 8

Faro

Quatro dias
de greve
nos transportes
urbanos

P 10

Melhor restaurante
de luxo do mundo
está no Algarve

P 21

Movimento no
aeroporto cresceu
mas está longe
dos números de 2019

P 24

PUB

Apoie o JORNAL do ALGARVE COM UMA ASSINATURA EXTRA

O SEU CONTRIBUTO FAZ A DIFERENÇA

P 24 PAGUE A SUA ASSINATURA

Dados para transferências (mencionando o nº ou nome de assinante):

CAIXA GERAL DEPÓSITOS PT 50 0035 0909 0001 6155 3303 4

CRÉDITO AGRÍCOLA PT 50 0045 7043 4000 6213 1353 7

Para mais fácil identificação da transferência, solicitamos envio comprovativo de pagamento para: ja.assinantes@gmail.com

Vale
5€

veja como ganhar no interior

VAI ANDANDO QUE ESTOU CHEGANDO



Carlos Luís Figueira

Estamos a viver num ambiente político confuso, com excessivo dramatismo, sobretudo tendo em vista a aprovação ou não do próximo OE por parte do PCP e do Bloco já que toda a direita se demarcou do mesmo anunciando o voto contra.

Todo este predominante ambiente contrasta com a forma como o País enfrentou ano e meio de pandemia acudindo o Governo com vultuosas verbas em apoio a empresas, salários e reforço de apoios sociais, cujas repercussões se fizeram, e ainda se fazem sentir, nos resultados da economia do País. Mas chegamos aqui com mais de 85% da população vacinada, número que Países mais ricos não chegaram ainda a atingir. Singularmente, comentarista vários, predominantemente de direita, dirigentes políticos e associativos, para todos eles, a palavra pandemia deixou de ser usada, como se não tivesse existido, com as consequências que todos nós, de uma maneira ou de outra, enfrentamos e sofremos.

Todavia é em torno do OE/22 que se atinge o máximo do dramatismo. De facto se o documento não for aprovado na generalidade, de acordo com o Presidente da República, usando os poderes constitucionais, dissolverá de imediato a Assembleia da República marcando novas eleições a realizar previsivelmente em Janeiro próximo. O que significará entrarmos num ciclo de governação por duodécimos, impedidos de utilizar os dinheiros da Bazuca até finais deste processo o que pode ocorrer em Maio ou Junho do próximo ano. Tempo e modo contrário ao que se previa, ou seja, um forte impulso na economia e um reforço nos apoios sociais e em particular no SNS.

Acompanhar os tempos de iminente crise em que podemos mergulhar, somam-se a presença de um rol de comentários, na sua generalidade, apontando para a inevitabilidade, em particular quanto à posição a assumir pelo PCP, de votar contra este OE. Comentários, notícias, dos quais destaco o de Rosa Pereira Lima no último Expresso, fundada na opinião de sete comunistas, dos quais a não ser a do colonista do DN, não se sabe quem são e o que representam no universo do PCP, uma vez consultados sobre tal matéria, a acreditar no que a jornalista refere, a defender, que estaria criado o momento para abandonar acordos com o PS, por que tal postura favorecerá o esvaziamento da sua base eleitoral.

Ora, convém lembrar, que antes da chamada “Geringonça” já o PCP perdia em todas as eleições, quer para a AR quer nas consecutivas eleições autárquicas, a sua influência na sociedade. É necessário ter presente que a APU e posteriormente a CDU chegou a gerir cerca de 50 Câmaras (no Algarve em circunstâncias e momentos diversos obteve a maioria em três municípios) e hoje dispõe no plano nacional pouco mais de meia dúzia e um reduzido grupo parlamentar.

Portanto, trata-se de um decréscimo acentuado a partir de finais da década de oitenta fruto de uma orientação política que conduziu o Partido para o seu isolamento na sociedade, a quem era suposto dirigir-se, assente numa política sectária, centralista, condicionadora da opinião dos seus militantes, tendente a ocupar um lugar de simples Partido de protesto, não se dando, por ventura conta, das mudanças sociais que entretanto ocorriam na sociedade, sem se distinguir, no plano internacional, das razões que estiveram na origem da derrocada no Leste Europeu. O que o eleitorado e a militância não compreenderão porque se trata do senso comum, é o PCP a fazer acordos com o PS e no dia seguinte associar no plano político o PS com toda a direita. Simplificar, separar efeitos de conjuntura, ignorando as razões de fundo é deformar a história, é produto de mau jornalismo, em nada de surpreendente nos dias que ocorrem e daí não constituir surpresa que na abordagem do tema, no Público do último domingo, Ana Sá Lopes classifique este PS, que dirige o governo, como um partido de centro direita, quando estamos em presença de um governo mais à esquerda desde há longos anos.

Quanto ao Bloco, de forma contraditória, com na sua legítima aspiração a ter um lugar em próximo governo, é necessário não esquecer a erosão eleitoral que de seguida teve lugar em consequência do voto contra o último Orçamento.

No momento particular em que nos encontramos o País não perceberia o chumbo do OE por parte da esquerda, se assim for, o preço a pagar será avultado não excluindo responsabilidades do próprio PS.

Por muito que esteja presente, no plano político, a desvalorização dos ganhos obtidos para viabilizar a manutenção do Governo, não será demais reflectir que a oferta política da direita está alicerçada no mais violento liberalismo no qual para além de privatizações de tudo o que é representado pelo Estado, significará cortes em direitos e apoios sociais.

carlosluisfigueira@sapo.pt
18.10.021

Apolinário quer tudo a postos para assaltar a bazuca

O presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, José Apolinário, apelou esta semana aos municípios algarvios, entidades regionais e empresas que se preparem “para ir a jogo”, candidatando-se a fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que de outro modo poderão não vir para o Algarve

> JOÃO PRUDÊNCIO

“As empresas têm que se preparar com bons projetos para os avisos dirigidos à competitividade e digitalização empresarial; as diferentes entidades da região têm igualmente que procurar em cada área captar o máximo de verbas do PRR”, sustentou José Apolinário, em declarações ao JA.

Recordou a propósito que as verbas da “bazuca” destinadas ao Algarve, já regionalizadas, são apenas as que se destinam à eficiência hídrica (210 milhões de euros) e à nova ponte de Alcoutim (9 milhões), a que no futuro poderá acrescer a construção da circular regional de Olhão, que se destinará a retirar do centro daquela cidade o trânsito da EN125 que a ela não se destina. A via custará entre 20 e 30 milhões de euros.

O responsável máximo da CCDR destacou que, fora esses cerca de 250 milhões de euros, podem chegar à região outras verbas, mas elas não se encontram territorializadas, dependendo de candidaturas a apresentar pelas câmaras municipais, entidades como organismos desconcentrados, associações, IPSS e, em alguns casos (a minoria deles) empresas privadas. Neste último caso encontram-se os fundos a atribuir pelo IAPMEI

Os valores a que essas organizações podem concorrer são fixos a nível nacional, mas flutuantes regionalmente em função das candidaturas a que as entidades de cada região-plano terá direito, que poderão variar em muito.

Para dar uma ideia da dificuldade de fazer previsões para além dos 250 milhões já territorializados à partida, Apolinário evoca o exemplo das verbas nacionais previstas para o Impulso Jovem STEAM, de que é beneficiária nacional a Direção Geral do Ensino Superior (DGES), e que conta com uma verba atribuída de 250 milhões de euros. “A Universidade do Algarve candidatou-se a 13 milhões de euros do STEM, mas se receber três ou quatro milhões já não será mau. Como estavam previstos 250 milhões apresentaram-se 800 candidaturas e agora tem que se dividir o bolo por todos esses candidatos”, justifica.

E o presidente da CCDR encontra um exemplo ainda mais forte: o item PRR das chamadas Agendas mobilizadoras, a ge-



rir pelo IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação conta com um valor de 930 milhões de euros mas até ao final do prazo de candidaturas, 30 setembro, apresentaram-se 146 candidaturas para um investimento total de 9 mil milhões. Dez vezes mais! O que significa que terá que haver cortes no número de candidatos e nos valores de investimento de cada projeto.

Por outro lado, assinala José Apolinário, boa parte das entidades nacionais beneficiárias não prepararam ainda os avisos às empresas, como é o caso do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHUR), que terá 1.000 (mil) milhões destinados às estratégias locais de habitação, que terão como implementadores no terreno os municípios candidatos. Portanto, nesses casos ainda nem são conhecidos os atores locais que lançarão os projetos.

No caso do Algarve, as estratégias locais do IHUR já contam com sete municípios com estratégias aprovadas (Lagos, Portimão, Silves, Loulé, Faro, Olhão e Tavira), havendo neste momento em curso conversações entre o Instituto e as câmaras de Alcoutim, Aljezur e Albufeira.

Neste sentido, o presidente da CCDR Algarve insiste que as diferentes entidades da região devem procurar aumentar a cap-

tação de verbas do PRR para a região, porque nas agendas mobilizadoras do IAPMEI, de água, envelhecimento ativo, estratégia local de habitação e outras vertentes nada está decidido, nem sequer por aproximação. Tudo depende dos candidatos e do confronto entre esses candidatos e os seus congéneres das outras regiões-plano.

Das centenas de milhões que, especulativamente, se estima que possam vir a constituir “os finais das contas” desta mini-bazuca algarvia, estão neste momento contratualizados apenas 44 milhões: os 9 milhões de investimento da futura ponte Alcoutim/Sanlúcar, a que se somam os 35 dos 210 milhões de euros do plano de eficiência hídrica, cuja beneficiária é a Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Faltam 165 milhões, ainda a consignar, que serão geridos pela empresa Águas do Algarve.

Recorda-se que esses 210 milhões se destinam sobretudo ao projeto de captação de água no sítio do Pomarão, no sudeste alentejano, água essa que será transportadas através de um adutor para a barragem de Odeleite, situada a sul, já no Algarve. Destinam-se também à cessação de perdas, que atingem 30% de toda a água consumida na região algarvia.